



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N° 013/2026

(Processo Administrativo n° 042/2026)

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE BELA VISTA/MS.

Órgão Demandante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: “Aquisição de um veículo hatchback de 5 portas, para atender a demanda da Secretaria Municipal de saúde, através da emenda n° 2025EM000413.”

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO R\$ 98.097,50 (noventa e oito mil e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03/06/2026 às 08hs:30min.
(horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP: não

PLATAFORMA: www.licitanet.com.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N° 013/2026
(Processo Administrativo n° 042/2026)**

1. PREÂMBULO

Torna-se público que o Município de Bela Vista, por meio da Superintendência de Licitação, sediado na Rua Santo Afonso, n° 660, Centro, Bela Vista/MS, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **menor preço por item**, com fundamento na **Lei n° 14.133/2021**, e demais normas pertinentes, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação: **Aquisição de um veículo hatchback de 5 portas, para atender a demanda da Secretaria Municipal de saúde, através da emenda n° 2025EM000413**, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no **Termo de Referência – Anexo I**.

2.2. O objeto é caracterizado como **bem comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, na forma do Termo de Referência.

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação as empresas que atendam às exigências deste Edital, estejam regularmente constituídas e cadastradas/habilitadas no sistema/portal de compras indicado no preâmbulo.

3.2. **Vedação de consórcio:** salvo previsão expressa em sentido diverso no processo, **não será admitida a participação em consórcio**, em razão da natureza do objeto (bem único e integrado), conforme justificativas constantes do planejamento da contratação.

3.3. Não poderão participar direta ou indiretamente:

a) quem não atenda às condições deste Edital;

b) quem esteja sob falência, recuperação judicial (quando impeditiva), dissolução ou liquidação, conforme regras do Edital e do sistema;

c) quem esteja impedido(a) de licitar e contratar com a Administração, nos termos da Lei n° 14.133/2021;

d) quem mantenha vínculo que caracterize conflito de interesses, vedação legal ou situação de impedimento com o órgão/entidade.

4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

4.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações serão apresentados por meio do sistema eletrônico, no prazo e forma previstos no portal/plataforma e na Lei nº 14.133/2021, devendo conter identificação do interessado e a indicação objetiva do ponto questionado.

4.2. As respostas serão disponibilizadas no sistema e integrarão os autos do processo.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. A proposta deverá conter, no mínimo:

a) **marca, modelo e versão** do veículo e identificação do implemento/cesto e da carroceria operacional;

b) declaração de atendimento às especificações mínimas do TR;

c) preço unitário e total do item, com todos os custos, tributos, fretes, seguros e encargos inclusos.

5.3. Na etapa indicada no TR, o licitante vencedor deverá apresentar **catálogo técnico/prospecto/ficha técnica** do veículo, do equipamento de elevação e da carroceria operacional, emitido pelo fabricante ou fornecedor autorizado, para verificação objetiva de conformidade.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E ETAPA DE LANCES

6.1. A sessão pública ocorrerá na data e horário informados no sistema, com abertura das propostas e início da etapa competitiva.

6.2. O modo de disputa será **aberto** (ou conforme indicado no preâmbulo), observadas as regras do sistema.

6.3. Encerrada a etapa de lances, o sistema ordenará as propostas pelo menor preço. O pregoeiro poderá:

a) negociar com o licitante melhor classificado;

b) solicitar ajustes e esclarecimentos;

c) verificar a exequibilidade.

7. DO JULGAMENTO (CRITÉRIO MENOR PREÇO POR ITEM)

7.1. O julgamento será pelo **menor preço por item**, considerando o atendimento integral às especificações do Termo de Referência.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

7.2. Será desclassificada a proposta que:

- a) não atender às especificações do TR;
- b) apresentar preço manifestamente inexequível;
- c) conter vícios insanáveis ou condições não previstas no Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a fase de julgamento, o licitante provisoriamente vencedor será convocado para apresentar os documentos de habilitação, conforme exigências do TR e deste Edital, por meio do sistema, dentro do prazo estabelecido pelo pregoeiro.

8.2. Para fins de habilitação, deverão ser comprovados, no mínimo, os requisitos abaixo (conforme TR):

Habilitação Jurídica;

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada verificação da autenticidade no sítio <https://www.qgov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

8.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.13. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.14. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.15. A Administração poderá realizar diligências para complementação de informações ou saneamento de falhas formais, na forma da Lei nº 14.133/2021, desde que não haja alteração da substância dos documentos e da proposta.

Qualificação Econômica Financeira

8.16. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor de sede da empresa licitante.

Da proposta final

8.16. Apresentação de catálogo técnico, prospecto, ficha técnica ou documento equivalente, emitido pelo fabricante ou pelo fornecedor autorizado, contendo informações detalhadas do equipamento ofertado, junto a proposta final do vencedor.

9. BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LC Nº 123/2006)

9.1. Aplicam-se, quando cabíveis, as disposições da LC nº 123/2006, especialmente quanto à regularização fiscal tardia e aos critérios de desempate.

9.2. Caso o processo/planejamento tenha previsto condições específicas para aplicação (ou afastamento) do art. 48 da LC nº 123/2006, estas constarão no Termo de Referência e/ou neste Edital e deverão ser observadas.

10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

10.1. Caberá recurso nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das regras do sistema eletrônico, com manifestação de intenção de recorrer e apresentação das razões no prazo definido pelo pregoeiro/sistema.

10.2. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento, habilitação e recursos, o objeto será adjudicado ao vencedor e o processo será encaminhado para homologação pela autoridade competente.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação será formalizada por **contrato administrativo**, conforme **Minuta de Contrato – Anexo III**.

12.2. **Vigência do contrato:** 12 (doze) meses contados da assinatura, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021 (conforme TR).

12.3. **Garantia da contratação:** não será exigida, nos termos do TR e do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

13. PRAZO, LOCAL DE ENTREGA, RECEBIMENTO E TREINAMENTO

13.1. **Prazo de entrega:** até 90 (noventa) dias corridos, em remessa única, contados da assinatura do contrato (conforme TR).

13.2. **Local de entrega:** conforme item específico do TR.

13.3. O recebimento provisório e definitivo observará o TR e as disposições da Lei nº 14.133/2021.

14. PAGAMENTO

14.1. O pagamento observará os prazos, condições, retenções tributárias e procedimentos de liquidação previstos no TR e no contrato, condicionando-se à entrega, ao recebimento e à regularidade fiscal da contratada.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

15.2 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Projeto/Atividade: 1042

Fonte de recurso: 1.621.3210

Elemento de despesa: 44.90.52

Ficha: 1334



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Projeto/Atividade: 1042

Fonte de recurso: 1.500.1002

Elemento de despesa: 44.90.52

Ficha: 793

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade), conforme gravidade, contraditório e ampla defesa.

16.2. As penalidades e hipóteses de aplicação constarão detalhadas na minuta contratual (Anexo III) e no TR.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Integram este Edital, para todos os fins, os anexos listados no item 17.

17.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro/autoridade competente, à luz da Lei nº 14.133/2021 e das regras do sistema.

17.3. Este Edital deverá ser publicado/divulgado no sistema e no **PNCP**, conforme exigências normativas aplicáveis.

18. ANEXOS

Anexo I: Termo de Referência (TR)

Anexo II: Modelo de Proposta de Preços

Anexo III: Minuta de Contrato Administrativo

Anexo IV: Modelos de Declarações

Bela Vista/MS, 19 de maio de 2026.

Gerardo Gabriel nunes Boccia
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº ____/2026
Processo Administrativo nº ____/2026

Órgão/Entidade:
Razão social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone/E-mail:
Responsável legal: _____

1. PROPOSTA

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Veículo Automotor de Passeio Compacto (Motorização 1.0) Tipo de carroceria: Hatchback de 5 portas. Motorização: Motor de combustão interna, ciclo Otto, com deslocamento nominal de 1.0 litro, sistema flex (bicomcombustível: etanol e gasolina). Potência mínima de 68 cv (com gasolina) e 70 cv (com etanol). Capacidade de passageiros: 5 ocupantes. Tipo de Câmbio: Transmissão manual com 5 marchas à frente e 1 ré. Equipamentos de segurança Obrigatórios: Airbags frontais (obrigatórios por lei). Freios com sistema antitravamento (ABS). Cintos de segurança para todos os ocupantes. Sistema de fixação para	UNID	01			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

cadeirinhas infantis (Isofix). Equipamentos de conforto básicos: Sistema de ar – condicionado elétrico Travas elétricas nas portas. Direção assistida. Tipo de Combustível: Flex (etanol e/ou gasolina). Origem Nacional ou Mercosul Ano/Modelo 2026/2027.						
--	--	--	--	--	--	--

2. DECLARAÇÕES DA PROPONENTE

a) declaramos que atendemos integralmente às especificações e exigências do Termo de Referência (Anexo I) e do Edital;

b) declaramos que no preço proposto estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, fretes, seguros, taxas e demais encargos;

c) declaramos ciência de que, se vencedores, apresentaremos catálogo técnico/prospecto/ficha técnica do veículo, do equipamento de elevação e da carroceria operacional, emitido pelo fabricante ou fornecedor autorizado, para comprovação objetiva de conformidade;

d) Prazo de entrega: até 90 dias corridos (conforme TR).

Validade da proposta: ____ (____) dias, contados da data de abertura da sessão.
[LOCAL], //2026.

Assinatura do representante legal

Nome: _____

CPF: _____

Cargo: _____



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo nº ____/2026

Pregão Eletrônico nº ____/2026

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº
XXX/2026, que fazem entre si o MUNICÍPIO DE BELA
VISTA/MS – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e
a empresa** _____**.

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA/MS, por meio da Fundo Municipal de Saúde, com sede em XXXXXXXX, inscrito no CNPJ sob nº XXXXXXXXX, neste ato representado por XXXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXX, com sede em XXXXXXXXX, representada por XXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, no Edital do Pregão Eletrônico nº ____ e no Termo de Referência, mediante as cláusulas seguintes., regido pela **Lei nº 14.133/2021**, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de um veículo hatchback de 5 portas, para atender a demanda da Secretaria Municipal de saúde, através da emenda nº 2025EM000413, conforme especificações do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026) e proposta vencedora.

1.2 Itens da contratação:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) divulgação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxxxxxxxxxx**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **xx/xx/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação o então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

8.1. A entrega ocorrerá em até 90 (noventa) dias corridos, contados da assinatura do contrato, em remessa única, no endereço indicado no TR, por conta da Contratada e sem ônus adicional para a Contratante.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO

9.1. O recebimento provisório e definitivo seguirá o TR, com possibilidade de rejeição total ou parcial do bem, quando em desacordo com as especificações, e obrigação de substituição no prazo definido no TR.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

CLÁUSULA DÉCIMA – DO TREINAMENTO E ADESIVAÇÃO

10.1. A Contratada realizará treinamento presencial para no mínimo 03 (três) servidores, após a entrega e antes do recebimento definitivo, conforme TR.

10.2. O bem será entregue devidamente adesivado/identificado, conforme especificações e modelo fornecidos pela Contratante, nos termos do TR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

11.1. A garantia contratual mínima é de 12 (doze) meses (ou superior se fornecida pelo fabricante), contada a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo, abrangendo manutenção corretiva, peças e demais condições previstas no TR.

11.2. A manutenção preventiva observará o TR, o manual do proprietário e os procedimentos do fabricante, sem ônus adicional à Contratante, quando cobertos pela garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

12.1. São obrigações do Contratante:

12.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

12.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

12.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

12.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do contratado, de acordo com o objeto;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

13.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

13.17. A entrega ocorrerá em até 90 (noventa) dias corridos, contados da assinatura do contrato, em remessa única, no endereço indicado no TR, por conta da Contratada e sem ônus adicional para a Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

15.1. Consta em tópico específico no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

16.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

16.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

16.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

16.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.4.3. Indenizações e multas.

16.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral, na dotação abaixo discriminada:

Projeto/Atividade:

Fonte de recurso:

Elemento de despesa:

Ficha:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

17.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

19.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO (art. 92, §1º)

20.1. Fica eleito o Foro Comarca de Bela Vista Estado de Mato Grosso do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

Bela Vista/MS, ____ de ____ de 2026.

Gerardo Gabriel Nunes Boccia
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

ANEXO IV – MODELOS DE DECLARAÇÕES

A) DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Declaramos, sob as penas da lei, que não existem fatos impeditivos para a participação da empresa [REDACTED], CNPJ [REDACTED], na licitação Pregão Eletrônico nº ____/2026, bem como que não fomos declarados inidôneos nem estamos impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

[LOCAL], //2026.

Representante legal

B) DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa [REDACTED], CNPJ [REDACTED], não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

[LOCAL], //2026.

Representante legal

C) DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP (SE APLICÁVEL)

Declaramos, para fins de aplicação da Lei Complementar nº 123/2006, que a empresa [REDACTED], CNPJ [REDACTED], se enquadra como:

☐ Microempresa – ME

☐ Empresa de Pequeno Porte – EPP

[LOCAL], //2026.

Representante legal

D) DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO EDITAL E DO TR

Declaramos que examinamos e compreendemos o Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2026 e seus anexos, inclusive o Termo de Referência, aceitando integralmente



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

suas condições, responsabilizando-nos pela veracidade das informações prestadas e pela proposta ofertada.

[LOCAL], //2026.

Representante legal